

Demonstrações contábeis

Energia dos Ventos III S.A.

31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	1
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	5
Demonstração do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações contábeis	9

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Energia dos Ventos III S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos III S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

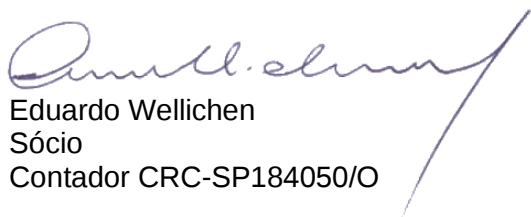
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2023.

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Eduardo Wellichen
Sócio
Contador CRC-SP184050/O

Energia dos Ventos III S.A.

Balanço patrimonial

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Ativo			
Circulante		9.638	9.516
Caixa e equivalentes de caixa	4	592	465
Investimentos de curto prazo	5	7.251	7.435
Contas a receber de clientes	7	1.614	1.491
Despesas pagas antecipadamente		180	125
Outros ativos		1	-
Não circulante		96.527	98.933
Títulos e valores mobiliários	6	11.722	10.489
Imobilizado	8	82.823	86.462
Intangível		1.982	1.982
Total do ativo		106.165	108.449
Passivo			
Circulante		8.197	7.044
Fornecedores	9	837	819
Partes relacionadas		1.380	1.057
Empréstimos e financiamentos	10	4.030	3.821
Arrendamentos	12.1	16	13
Dividendos a pagar	12.1	1.642	991
Impostos e contribuições sociais a recolher		287	333
Outros passivos		5	10
Não circulante		47.332	50.294
Empréstimos e financiamentos	10	47.266	50.185
Arrendamentos	12.1	66	109
Patrimônio líquido	13	50.636	51.111
Capital social		43.955	46.522
Reserva de lucros		6.681	4.589
Passivo e patrimônio líquido		106.165	108.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstração do resultado

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	14	12.527	14.601
Custos operacionais			
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		-	(51)
Custos dos serviços prestados		(2.102)	(1.806)
Depreciação e amortização		(3.746)	(3.705)
	15	(5.848)	(5.562)
Lucro bruto		6.679	9.039
Despesas operacionais			
Administrativas e gerais		(233)	(276)
Depreciação e Amortização		(18)	(28)
	15	(251)	(304)
Lucro antes do resultado financeiro		6.428	8.735
Despesas financeiras	16	(4.771)	(4.575)
Receitas financeiras	16	2.218	760
		(2.553)	(3.815)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		3.875	4.920
Imposto de renda e contribuição social correntes	17	(1.133)	(749)
Lucro líquido do exercício		2.742	4.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.742	4.171
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	2.742	4.171

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros				
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	49.716	92	1.317	-	51.125
Redução de capital	(3.194)	-	-	-	(3.194)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	4.171	4.171
Reserva legal	-	209	-	(209)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(991)	(991)
Transferência para reserva de lucros	-	-	2.971	(2.971)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	46.522	301	4.288	-	51.111
Redução de capital	(2.567)	-	-	-	(2.567)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.742	2.742
Reserva legal	-	137	-	(137)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	(650)	(650)
Transferência para reserva de lucros	-	-	1.955	(1.955)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	43.955	438	6.243	-	50.636

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energia dos Ventos III S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		3.875	4.920
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização	8	3.764	3.771
Encargos de dívidas empréstimos	10.b	4.656	4.479
Encargos de dívidas arrendamentos		8	7
Receita de aplicações financeiras	16	(2.218)	(760)
Outras variações/atualizações monetárias e cambiais líquidas		-	(3)
Baixa do ativo imobilizado		-	(38)
		10.085	12.376
Aumento no ativo			
Contas a receber de clientes		(123)	32
Impostos a recuperar		(328)	-
Outros ativos		(55)	(99)
		(506)	(67)
Aumento no passivo			
Fornecedores		19	195
Impostos e contribuições sociais a recolher		5	52
Outros passivos circulantes		3	(132)
		27	115
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(858)	(516)
Caixa líquido proveniente nas atividades operacionais		8.748	11.908
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de títulos e valores mobiliários		1.025	382
Aplicações em títulos e valores mobiliários		(966)	(2.861)
Resgate investimentos de curto prazo		6.338	4.936
Aplicações investimentos de curto prazo		(5.228)	(4.879)
Adições no imobilizado		(151)	(58)
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimentos		1.018	(2.480)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Redução de capital		(2.250)	(2.136)
Pagamento de dividendos		-	(439)
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	10.b	(3.669)	(3.556)
Amortização de juros s/ empréstimos e financiamentos	10.b	(3.697)	(3.384)
Amortização de principal de arrendamentos		(15)	(24)
Amortização de juros s/ arrendamentos		(8)	(7)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(9.639)	(9.546)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		127	(118)
Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	4	465	583
Saldo no final do exercício	4	592	465
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		127	(118)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

(Em milhares de Reais)

1 Informações gerais

A Energia dos Ventos III S.A. (“Energia dos Ventos” ou “Companhia”), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07 de março de 2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL.

A Companhia foi autorizada pela Portaria 433 de 19 de julho de 2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Catarina, constituída de dez unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará.

Em 06 de janeiro de 2015 a Companhia protocolou na Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter nove Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 18.900kW de capacidade instalada e 9.600 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.651, de 23 de fevereiro de 2016.

Vinculada à autorização dada a Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (“CCEAR”) com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. Os referidos contratos vigorarão pelo prazo de 20 anos (até dezembro de 2035).

Autorização da ANEEL para início das operações comerciais: O Despacho nº 3.143 de 21 de dezembro de 2018, definiu o início de operação comercial a partir do dia 22 de dezembro de 2018.

A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

Impactos do COVID 19

A Companhia apresenta receita previsível, reajustadas pela inflação e de longo prazo, assegurada pelo modelo regulatórios do segmento de atuação, não apresentando risco de demanda, por não depender de volume consumido de eletricidade e nem de preços de energia. Desta forma, a administração da Companhia não considera que exista risco de realização de seus recebíveis. Não houve variação significativa na inadimplência em decorrência da COVID-19 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Em relação a seus investimentos, não foram identificadas desvalorização subsequente dos mesmos, a Companhia mitiga os riscos de volatilidade do mercado financeiro efetuando aplicações em investimentos que possuem baixo risco de volatilidade, tendo em vista seu perfil conservador.

Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2022 e até a data de emissão dessas demonstrações contábeis, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 21 de março de 2023.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação Societária Brasileira, os Pronunciamentos, Orientações, Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de ativos e passivos classificados como instrumentos financeiros, os mensurados a valor justo.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essas demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em milhares de reais. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – Continuação

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos que afetam a aplicação de políticas contábeis e determinam os valores registrados. A liquidação das transações que envolveu estas estimativas pode divergir significativamente dos valores registrados nas demonstrações contábeis.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Essas estimativas e premissas incluem: a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise a redução ao valor recuperável, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive provisões para contingências.

As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que podem representar risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às informações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a receitas não faturadas de comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).
- Nota 11 - Provisões para contingências: reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, por meio da avaliação da probabilidade de perda.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis.

3.1 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo através dos resultados), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (valor justo através de outros resultados abrangentes); ou ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Companhia tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e,
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram inicialmente classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros

A Companhia avalia a necessidade do reconhecimento de provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

A Companhia considera ainda um ativo financeiro como perda quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas pela diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativos não financeiros

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC). A Companhia possui apenas uma UGC. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

3.3 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como provável que haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas nos processos ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.4 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

3.5 Tributação

Tributos sobre as vendas

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e,
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de geração de energia elétrica, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

O imposto de renda e a contribuição social registrados no resultado são calculados conforme sistemática do Lucro Presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas com a presunção aplicando sobre o montante da receita bruta as alíquotas de 8% e 12% respectivamente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 mil trimestrais totalizando uma alíquota de 25% e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

Imposto de renda e contribuição social – auferidos

O Imposto de renda e a contribuição social – auferidos Passivos são mensurados com base nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

O imposto de renda e a contribuição social auferidos registrados no passivo referem-se ao reconhecimento de receitas auferidas com base no regime de competência que haverá o recebimento futuro, e consequentemente os saldos são revertidos a medida em que as receitas são recebidas.

3.6 Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. O registro é feito mensalmente, por competência, no resultado da Companhia.

3.7 Receita de geração de energia elétrica

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A companhia vende a energia produzida no ambiente de Contratação Regulada – ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2022 é de R\$ 198,49 MH/h (R\$ 180,34 em 2021), reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 20 anos contados a partir de 01 de janeiro de 2016.

(ii) Suprimento de energia – ambiente livre: a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais, em 2022 não houve comercialização no ambiente livre (R\$ 533,58 MW/h em 2021).

(iii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzida, , é comercializada no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3 Sumário das principais práticas contábeis – Continuação

A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

3.10 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022

A Companhia adotou a partir de 1º janeiro de 2022 as alterações nas normas abaixo, entretanto, não houve impacto relevante nas demonstrações contábeis:

- Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações no CPC 27/IAS 16).

Novas normas e interpretações ainda não vigentes

Atualmente, o CPC trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 1º de janeiro de 2023, sendo:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante e divulgação de políticas contábeis (alterações ao IAS 1);
- Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23/IAS 8); e,
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações no CPC 32/IAS 12).

A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos da adoção desses novos pronunciamentos e não espera efeitos materiais em suas demonstrações contábeis, quando esses estiverem em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Remuneração 31/12/2022 e 31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Banco conta movimento	-	487	1
Aplicações financeiras automáticas	20% do CDI	105	464
		592	465

As aplicações financeiras de liquidez imediata referem-se a aplicações automáticas vinculadas à conta corrente remunerada pela variação do CDI, não ocorrendo, portanto, risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado. Os Certificados de Depósitos Bancários – CDB são realizados com instituições do mercado financeiro nacional e possuem liquidez imediata.

5 Investimentos de curto prazo

	Remuneração		31/12/2022	31/12/2021
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de Investimento - STA Energia	102,06% do CDI	106,06% do CDI	7.041	7.250
Fundo de Investimento - Debêntures - Windepar	99,81% do CDI	98,96% do CDI	210	185
			7.251	7.435

A Companhia aplica seus recursos no fundo de investimento, Fundo Exclusivo FI – Energia, cujo objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em títulos públicos, e, Fundo de Investimento STA Energia, cujo o objetivo é buscar retorno por meio de investimentos, majoritariamente, em operações compromissadas e títulos públicos. Os montantes são mensurados ao valor justo por meio do Resultado.

Os montante aplicados referente a debentures para a Windepar Holding S.A são repassados para a controladora semestralmente.

6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração		31/12/2022	31/12/2021
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicação pós fixada	BNDES	99,81% do CDI	98,96% do CDI	10.371	9.324
Aplicação pós fixada	Debêntures - Windepar	99,81% do CDI	98,96% do CDI	1.351	1.165
				11.722	10.489

Os saldos das contas vinculadas ao BNDES e Debentures são compostos por aplicações financeiras constituídas como contas reservas vinculadas aos contratos de financiamentos e debêntures da Companhia e sua controladora Windepar Holding S.A..

7 Contas a receber de clientes

	31/12/2022	31/12/2021
Suprimento de energia elétrica	1.588	1.423
Ajuste positivo CCEE	26	68
	1.614	1.491

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foi constituída provisão para perda dos recebíveis, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas nas contas a receber de clientes, na avaliação e monitoramento do risco de crédito e que as mesmas possuem garantias.

8 Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2021	Adições	Outros (i)	31/12/2022
<u>Em serviço</u>					
Terrenos		2.250	-	-	2.250
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%	572	-	-	572
Máquinas e Equipamentos	4%	102.226	151	-	102.377
Direito de uso de arrendamento	14%	176	-	(25)	151
<u>Em curso</u>					
Material em depósito (ii)		1.602	-	-	1.602
Total do custo do imobilizado		106.826	151	(25)	106.952
<u>Depreciação</u>					
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		(440)	(19)	-	(459)
Máquinas e Equipamentos		(19.865)	(3.728)	-	(23.593)
Direito de uso de arrendamento		(59)	(18)	-	(77)
Total da depreciação		(20.364)	(3.765)	-	(24.129)
Total do imobilizado líquido		86.462	(3.614)	(25)	82.823

8 Imobilizado – Continuação

		Taxa média anual de depreciação	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Outros (i)	31/12/2021
Em serviço								
Terrenos			2.250	-	-	-	-	2.250
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3%		572	-	-	-	-	572
Máquinas e Equipamentos	4%		102.529	31	-	27	(361)	102.226
Direito de uso de arrendamento	14%		84	-	-	-	92	176
Em curso								
Material em depósito (ii)			1.602	27	-	(27)	-	1.602
Total do custo do imobilizado			107.037	58	-	-	(269)	106.826
Depreciação								
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias			(421)	(19)	-	-	-	(440)
Máquinas e Equipamentos			(16.179)	(3.724)	38	-	-	(19.865)
Direito de uso de arrendamento			(34)	(25)	-	-	-	(59)
Total da depreciação			(16.634)	(3.768)	38	-	-	(20.364)
Total do imobilizado líquido			90.403	(3.710)	38	-	(269)	86.462

(i) Outros refere-se a remensuração do arrendamento proveniente da extensão de contrato de locação.

(ii) Imobilizado em curso referem-se a sobressalentes destinados à substituição em caso de falha das unidades geradoras principais

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não identificou indicativos acerca da necessidade de contabilizar ajustes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado.

9 Fornecedores

	31/12/2022	31/12/2021
Materiais e Serviços	839	819

A rubrica de fornecedores da Companhia é majoritariamente composta por compra de materiais e serviços. Essas operações são realizadas sem envolvimento de operação de “forfait”.

10 Empréstimos e financiamentos

(a) Os saldos de empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

			31/12/2022			31/12/2021		
Encargos	Vencimento		Principal	Encargos de dívidas	Total	Principal	Encargos de dívidas	Total
Moeda nacional - circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP+2,18%	15/10/2032	2.862	134	2.996	2.721	130	2.851
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	1.054	18	1.072	993	19	1.012
(-) custo de captação - a apropriar	-	-	(38)	-	(38)	(42)	-	(42)
Total			3.878	152	4.030	3.672	149	3.821
Moeda nacional - não circulante								
BNDES nº 15.2.0778.1	TJLP+2,18%	15/10/2032	37.957	-	37.957	40.423	-	40.423
BNDES nº 19.2.0598.1	IPCA 1,68% + Spred 1,99%	15/10/2032	9.309	-	9.309	9.762	-	9.762
Total			47.266	-	47.266	50.185	-	50.185
Total geral			51.144	152	51.296	53.857	149	54.006

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Em 07 de março de 2016 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R\$ 49.007, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização se iniciou em 15 de novembro de 2016 e a última será em 15 de outubro de 2032.

Foram liberados R\$ 48.155 até 31 de dezembro de 2016. Os juros incorridos do contrato de financiamento foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de abril, julho e outubro, sendo que no exercício de 2016 foram incorporados ao principal importância de R\$ 1.728.

Em 12 de Dezembro de 2019 as Companhias Energia dos Ventos I S.A, Energia dos Ventos II S.A, Energia dos Ventos III S.A, Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebraram com Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 19.2.0598.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R\$ 10.400, com o objetivo de implantação do sistema de conexão do complexo eólico Aracati. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: IPCA de 1,68% ao ano de taxa de juros pré-fixada + SPREAD de 1,99% ao ano, sendo que a primeira amortização iniciará em 15 de janeiro de 2020 e a última será em 15 de outubro de 2032.

O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31 dezembro de 2022 o ICSD Consolidado foi cumprido.

10 Empréstimos e financiamentos – Continuação

(b) As movimentações dos empréstimos e financiamentos são compostas da seguinte forma:

	31/12/2021	Encargos de dívidas (nota 16)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2022
Moeda nacional					
BNDES nº 15.2.0778.1	43.274	3.617	(2.632)	(3.306)	40.953
BNDES nº 19.2.0598.1	10.774	1.035	(1.037)	(391)	10.381
(-) Custo de captação - a amortizar	(42)	4	-	-	(38)
Total	54.006	4.656	(3.669)	(3.697)	51.296

	31/12/2020	Encargos de dívidas (nota 16)	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2021
Moeda nacional					
BNDES nº 15.2.0778.1	45.882	3.005	(2.615)	(2.998)	43.274
BNDES nº 19.2.0598.1	10.631	1.470	(941)	(386)	10.774
(-) custo de captação - a amortizar	(46)	4	-	-	(42)
Total	56.467	4.479	(3.556)	(3.384)	54.006

(c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante tem os seguintes vencimentos:

2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Dívida Total
4.169	4.423	4.698	4.995	5.317	23.664	47.266

11 Provisão para contingências

O cálculo dos valores a serem provisionados toma como base, os valores em risco constante do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento de nossa administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que entendemos terem probabilidade de perda provável.

A administração da Companhia leva em consideração, para explanação pormenorizada em nota explicativa, as demandas judiciais com probabilidade de perda possível cujo valor em risco da causa supere R\$1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco.

(A) PERDA PROVÁVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

11 Provisão para contingências – Continuação

(B) PERDA POSSÍVEL: não existem processos judiciais, administrativos ou arbitrais que, individualmente e na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio. As demandas com probabilidade de perda possível resumem-se à:

(i) Demandas Regulatórias: Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0003995-79.2016.4.01.3400, Companhia, Alupar Investimento S.A. (controladora da Companhia), bem como pelas seguintes empresas que estão sob controle comum da Companhia: e ACE Comercializadora LTDA., , Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A. e Energia dos Ventos X S.A., contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente tais empresas são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nestas empresas, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 55.

(ii) Demandas Cíveis/Trabalhistas/Ambientais/Arbitrais: não existem demandas judiciais ou administrativas dessas naturezas que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

12 Partes relacionadas

12.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos em aberto provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

(A) Partes relacionadas: informações patrimoniais.

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Passivo circulante - partes relacionadas</u>		
Dividendos declarados - Windepar Holding S.A	1.642	991
Redução de capital - Windepar Holding S.A	1.374	1.057
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	16	13
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.	4	5
Prestação de serviços - AF Energia S.A	2	2
	3.038	2.068
<u>Passivo não circulante - partes relacionadas</u>		
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A	66	109

12 Partes relacionadas – Continuação

(B) Partes relacionadas: informações do resultado.

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Custos - partes relacionadas			
Prestação de serviços - AF Energia S.A (*)	15	(26)	(24)
Despesas - partes relacionadas			
Arrendamentos - Alupar Investimento S.A/AF Energia S.A		(15)	(102)
Reembolso de despesas - Alupar Investimento S.A.		(108)	(102)
		(149)	(228)

(*) A AF Energia S.A possui contrato de prestação de serviço com a Companhia com o objeto de serviços operação remota, que compreende, operação remota de equipamentos telecomandados da subestação como religadores, disjuntores e chaves seccionadas, e acompanhamento por meio de interface de comunicação e de conversão de protocolos dos sistemas.

Em 22 de setembro de 2021 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 3.194. A Companhia realizou a devolução aos acionistas em duas fases sendo, R\$ 2.136 realizado em 14 de dezembro de 2021 e R\$ 1.058 em 14 de junho de 2022.

Em 08 de setembro de 2022 a Companhia, através de assembleia geral extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 2.567, vide Nota Explicativa nº 13 – Patrimônio Líquido. Em 14 de dezembro de 2022, a Companhia realizou parte da devolução aos acionistas no valor de R\$ 1.192.

- a. A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A é controlada pela Alupar Investimento S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

12.1 Garantias

Empresa Garantidora	Data da Autorização	Órgão Autorizador	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2022
Alupar/ Windepar	14/12/2015	Conselho de Administração	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1	Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mutuos e fiança corporativa.	11/02/2016	15/10/2032	49.007	40.953
Alupar/ Windepar	06/11/2019	Assembleia Geral Extraordinária	Contrato de Financiamento - BNDES - nº 19.2.0598.1	I. pela EDV1, EDV2, EDV3, EDV4 e EDV10 : os direitos creditórios: (a) CCEARs, entre as BENEFICIÁRIAS e as distribuidoras listadas no Anexo I do CONTRATO DE CESSÃO; b) dos CCVEs a ser(em) celebrado(s) entre BENEFICIÁRIAS e a ALUPAR, no mínimo, 3,2 MW médios; c) outros CCVEE no ACL ou ACR ; d) outros direitos e/ou receitas, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; e e) direitos sobre as CONTAS CENTRALIZADORAS, CONTAS RESERVAS DE O&M, CONTAS RESERVAS DO SERVIÇO DA DÍVIDA BNDES e CONTAS RESERVAS ESPECIAIS SPEs, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados; II. pela WINDEPAR: a) os direitos sobre a CONTA RESERVA ESPECIAL HOLDING, inclusive os créditos que nelas venham a ser depositados; b) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados e a serem celebrados com as BENEFICIÁRIAS; e c) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do PROJETO, inclusive relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste.	10/12/2019	15/10/2032	10.400	10.381

12.2 Remuneração da alta administração

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não houve pagamento de remuneração da alta administração.

13 Patrimônio líquido

Capital social

Em 08 de setembro de 2022 a Companhia, através de Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia, de R\$ 46.522 para R\$ 43.955, por meio de devolução aos acionistas no montante de R\$ 2.567, a redução foi realizada para viabilizar a transferência de recursos para a acionista Windepar Holding S.A. a fim de cumprir as obrigações assumidas com os debenturistas.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 43.955 (R\$ 46.522 em 31 de dezembro de 2021) dividido em 51.563.928 (51.563.928 em 31 de dezembro de 2021) ações ordinárias, conforme segue:

31/12/2022 e 31/12/2021		
Ordinárias		
	Quantidade	%
Acionistas		
Windepar Holding S.A.	51.563.927	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01
Total das ações	51.563.928	100,00

Reservas de Lucros

a. Reserva legal

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado, totalizando R\$ 438 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 301 em 31 de dezembro de 2021.

b. Lucros retidos

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação, totalizando R\$ 6.243 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 4.288 em 31 de dezembro de 2021 .

c. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante.

13 Patrimônio líquido – Continuação

O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	2.742	4.171
Reserva legal	(137)	(209)
Subtotal	2.605	3.962
Dividendo mínimo obrigatório	(650)	(991)
Reserva de lucros	(1.955)	(2.971)
Saldo de lucros acumulados	-	-

14 Receita operacional líquida

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de geração de energia elétrica		
Suprimento de energia - Geração própria	13.041	15.027
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	28	246
	13.069	15.273
Deduções		
PIS - Programa de integração social	(85)	(109)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social	(392)	(501)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica	(65)	(62)
	(542)	(672)
Receita operacional líquida	12.527	14.601

15 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
Custos não gerenciáveis					
Encargos de uso da rede elétrica		-	-	(51)	-
Doações, contribuições e subvenções		(7)	-	(11)	(2)
		(7)	-	(62)	(2)
Custos gerenciáveis					
Ajuste negativo		(24)	-	-	-
Seguros		(134)	(3)	(84)	(15)
Alugueis		-	(7)	-	(9)
Provisão (reversão) para contingências		-	-	6	-
Material		(4)	(11)	(11)	(1)
Serviços de Terceiros		(1.894)	(208)	(1.674)	(240)
Serviços de Terceiros - Partes relacionadas	12.1	(26)	-	(24)	-
Outros		(13)	(4)	(8)	(9)
		(2.095)	(233)	(1.795)	(274)
Depreciação e Amortização					
		(3.746)	(18)	(3.705)	(28)
		(3.746)	(18)	(3.705)	(28)
		(5.848)	(251)	(5.562)	(304)

16 Resultado financeiro

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Receitas Financeiras			
Receita de aplicações financeiras	17	2.218	760
Total		2.218	760
Despesas Financeiras			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	10.b	(4.672)	(4.479)
Outros		(99)	(96)
Total		(4.771)	(4.575)
Total Líquido		(2.553)	(3.815)

17 Imposto de renda e contribuição social correntes

	Nota	31/12/2022		31/12/2021	
		Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Faturamento e Liquidação CCEE	14	13.069	13.069	15.273	15.273
Presunção do lucro - 8% / 12%		1.046	1.568	1.222	1.833
Receita financeira	16	2.218	2.218	760	760
Base de cálculo IR e CS		3.264	3.786	1.982	2.593
Alíquota		15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ		10%	-	10%	-
		792	341	499	248
Outros ajustes		-	-	1	1
Total dos tributos		792	341	500	249

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2022		31/12/2021		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativo						
Caixa e bancos	487	487	1	1	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	105	105	464	464	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Investimento de curto prazo	7.251	7.251	7.435	7.435	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	11.722	11.722	10.489	10.489	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	1.614	1.614	1.491	1.491	-	Custo amortizado
	21.179	21.179	19.880	19.880		
Passivo						
Fornecedores	839	839	819	819	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	51.296	51.296	54.006	54.006	-	Custo amortizado
	52.135	52.135	54.825	54.825		

18 Instrumentos financeiros e gestão de risco – Continuação

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desses contratos não serem contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de regulação

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das “jazidas de vento” do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.

19 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O quadro a seguir sumaria os riscos considerados e correspondentes valores da cobertura desses seguros em 31 de dezembro de 2022.

Risco/Objeto	Importância segurada	Prêmio	Término da vigência
Risco nomeado e operacional (*)	228.552	188	10/12/2023
Risco de responsabilidade civil geral	10.000	3	10/12/2023
Risco de responsabilidade civil (D&O)	5.000	1	28/08/2023
Total	243.552	192	

(*) Seguro de risco nomeado e operacional compreende em sua cobertura: prédios, maquinismos, móveis, equipamentos, mercadorias, matérias-primas e estruturas civis que façam parte do valor em risco declarado no parque eólico.

* * *

Patrícia Nalini Savio Ferreira
 Contadora - CRC 1SP237063/O-2